



# CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR



*Vista parcial da Vila de Penamacor*

**BOLETIM MUNICIPAL — N.º 5**

# PALAVRA DO PRESIDENTE



Francisco Fernando Martins Ribeiro  
Presidente da Câmara

## SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO PODER LOCAL

### O.E. - PIDAC - FINANÇAS LOCAIS

Dadas as promessas feitas antes das últimas legislativas de 6 de Outubro de 1991, aguardávamos com expectativa a apresentação do O.E. para 92 e sobretudo o Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDAC) para o nosso Concelho e para o nosso Distrito.

Analisado o Orçamento do Estado para 1992, não podemos deixar de verificar um aumento dos impostos, um aumento dos preços de bens de primeira necessidade bem como dos medicamentos, um atrofamento do Poder Local pela não aplicação da Lei das Finanças Locais, um aumento cada vez maior das assimetrias regionais.

Em relação ao PIDAC para o Distrito de Castelo Branco há uma correspondência de apenas 1,6% (!) do PIDAC nacional, estando assim a distribuição das verbas muito abaixo da média nacional.

O desenvolvimento futuro do nosso Distrito está deveras comprometido.

Em 1991 contemplavam-se investimentos para 1992 no valor de 6.317.713. contos, mas no actual orçamento somente se prevêem 5.048.857. contos. Há assim uma diminuição de 1.268.856. contos.

Obras de grande importância para o Distrito sofreram drásticas reduções nas suas verbas, enquanto outras ficaram a zero.

Encontram-se no primeiro caso o Hospital da Covilhã, a agricultura, as infraestruturas Rodoviárias (no referente

ao nosso Concelho os troços da Estrada S. Miguel d'Acha, limite do Distrito da Guarda assim como a variante a Penamacor), o IP2, o IC7, a Barragem do Coa e sua integração na Cova da Beira; retiradas do PIDAC ficaram a estação de Tratamento de Resíduos sólidos da Associação de Municípios da Cova da Beira e a rede primária e secundária de rega, drenagem e regularização do Projecto de regadio da Cova da Beira.

A culminar todas estas frustrações, a decisão do Governo em não aplicar a Lei das Finanças Locais em 1992. A alteração e suspensão desta Lei que havia sido promulgada, por unanimidade, na Assembleia da República e que, segundo pensamos, terá sido um acto inconstitucional, representa um assumir duma postura do Governo perante o Poder Local à margem e contra toda a ética e democracia.

Perante uma previsão de acentuado crescimento do IVA, em virtude do aumento da carga fiscal, impostos aos Portugueses pelo Orçamento do Estado para 1992 e com a obrigação legal de o fazer redistribuir no crescimento correspondente do Fundo de Equilíbrio Financeiro a transferir para os Municípios Portugueses, o Governo recorreu à inesperada e repugnante manobra de suspender a Lei das Finanças locais, evitando assim o legítimo aumento das receitas das Autarquias.

Está claramente provado que o Poder Local tem vindo a registar uma quebra acentuada da sua capacidade financeira devido a decisões que têm tornado as autarquias contribuintes liquidados do Estado. A título de exemplos recordemos a introdução do IRS suportado pelas autarquias ainda que formalmente descontado pelos trabalhadores, a abolição da isenção dos impostos de capitais e a isenção de sisa, o pagamento da Caixa Geral de Aposentações dos Servidores do Estado.

Deste conjunto de situações resulta um Poder Local mais fraco e diminuído para poder fazer face às crescentes responsabilidades que lhe cabem a fim de resolver os problemas das populações. De tudo isto resulta ainda uma cada vez mais diminuída capacidade de intervenção e utilização dos fundos comunitários.

Recorde-se que a suspensão da Lei das Finanças Locais retirou ao Município de Penamacor a quantia de cento e sessenta mil contos.

A grande número de autarquias, entre as quais nós nos poderemos incluir após o período de lançamento de obras básicas e absolutamente indispensáveis (casos de esgotos, água e luz), coloca-se agora o desafio de novos "Combates ou Frentes de Acção" que nos possam ajudar ao salto qualitativo. Como exemplos poderemos apontar a necessidade do ordenamento do território, a captação de investimentos, o desenvolvimento económico integrado, o meio ambiente. Todas estas acções se devem enquadrar num plano global de modernização, de regionalização administrativa, tendo como finalidade essencial um desenvolvimento para o País e para o Concelho que desejamos no futuro.

Pela nossa parte continuaremos a lutar por aquilo que pensamos ser justo e melhor para aqueles que nos elegeram e pela dignificação do Poder Democrático em Portugal.

O Presidente da Câmara

## Boletim Municipal

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

DIRECTOR — Francisco Fernando Martins Ribeiro  
REDACÇÃO — Libério Candeias Lopes  
COLABORAÇÃO — Porfírio Correia Saraiva, José Luís Gonçalves,  
José Maria R. Batista  
N.º 5 1.º SEMESTRE 1992

EXECUÇÃO GRÁFICA  
Gráfica de S. José, Lda. - C. Branco  
Tiragem — 1.500 exemplares  
Distribuição gratuita  
Depósito Legal N.º 40572/90

# I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho de Penamacor

Por iniciativa da Assembleia Municipal, organização conjunta com a Câmara, e com apoios da Caixa Geral de Depósitos e União de Bancos Portugueses, organizaram-se os primeiros encontros para o desenvolvimento do concelho. As acções tiveram lugar durante os meses de Março e Abril, tendo sido realizadas reuniões preparatórias nas 12 freguesias e uma Conferência Final que contou com a presença de cerca de uma centena de participantes.

Com estas Jornadas, o Concelho de Penamacor empenhou esforços para analisar a realidade presente e perspectivar o futuro com base em algumas das possíveis opções de desenvolvimento, aproveitando os recursos disponíveis.



Para o Presidente da Assembleia Municipal, António José Seguro, estes Encontros tiveram três grandes objectivos:

— debater o desenvolvimento do Concelho de Penamacor e, se possível, saber em que eixos e em que vectores é que ele se deve efectuar;

— fazer coincidir este debate com a elaboração da fase final do Plano Director Municipal;

— provocar nas populações do concelho um acordar das suas consciências com o objectivo de lhes demonstrar que possuem um poder decisivo muito maior do que julgam e que podem e devem influir no desenvolvimento da nossa terra e do concelho.

Os trabalhos da Conferência Final, para além da participação do Presidente da Assembleia Municipal, do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Luís Gonçalves e Dr. Valter Lemos, contaram também com a presença de dois peritos: o Arq. Jorge Cancela que faz parte da Plural, empresa que está a desenvolver o PDM, e com o Dr. Lopes Marcelo, um homem do concelho que todos conhecemos, não só pela sua simpatia mas sobretudo pela maneira séria e honesta com que se dedica ao estudo destes assuntos.

O Arq. Jorge Cancela começou por felicitar a Assembleia e a Câmara Municipal pela iniciativa, já que esta foi das poucas e exclusivas actividades neste sentido, ou seja: debater o Futuro do Concelho numa altura em que se elabora a fase final do P.D.M.

Segundo o Arq. Jorge Cancela, o Concelho de Penamacor é um concelho essencialmente agrícola, onde os serviços e as indústrias não têm progredido. É um município que, do ponto de vista demográfico, tem acusado uma descida acentuada da sua população, superior à descida média do Continente e fundamentalmente na sua população activa, quer nos anos de emigração, quer pelo saldo fisiológico dos estratos de maior peso etário da população e pela fraca compensação de estratos mais jovens. A agricultura não tem evoluído, sendo um concelho essencialmente agrícola. A que se pratica, é uma agricultura de subsistência, uma policultura que, em termos de valores económicos, não tem grande tradução. Já em termos de outros valores naturais e paisagísticos, o Concelho de Penamacor é um concelho privilegiado em desenvolvimentos futuros.

Aponta também que a rede viária, a formação profissional e o associativismo, são deficientes e são pontos essenciais em qualquer acção de desenvolvimento assumida.

O PDM é um instrumento de planeamento físico e, como tal, terá de ser assente num modelo global de desenvolvimento. Nessa perspectiva, terá de se elaborar um quadro de recursos que permitam de facto equacionar uma série de factores de desenvolvimento integrado e sustentável. O PDM, por si só, não modifica o estado das coisas e por isso terá de estar associado a outros instrumentos de desenvolvimento. Segundo o Arq. Cancela, o desenvolvimento do concelho não só é necessário, como possível; a qualidade de vida que se traduz em sistemas ambientalmente homogéneos mais ou menos conservados, o artesanato, produtos regionais como o queijo, o mel, plantas aromáticas, a caça, a pesca, a paisagem, os valores patrimoniais, etc.

Numa perspectiva global de futuro, o desenvolvimento passará por um aproveitamento integral dos recursos numa perspectiva equitativa e não numa perspectiva de grande rentabilidade económica. É na óptica de um aproveitamento racional e global que poderá estar o futuro do concelho.

Pretende-se um aproveitamento tão integral e tão cabal quanto possível dos recursos bio-físicos, mas na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

Em termos agrícolas, preconiza-se o aproveitamento integral da zona de regadio da Cova da Beira com pequenas zonas de regadio como complemento. É fundamental o aproveitamento racional dos solos e tão integral quanto possível.

Do ponto de vista florestal, deve-se aproveitar o P.A.F. - Programa de Acção Florestal que lamentavelmente está a ser

subvertido e a ser usado pela Administração Central para outros fins não definidos no Programa.

Também em termos de ocupação física e como alternativas, poder-se-á desenvolver o cultivo de plantas aromáticas e medicinais, o linho, apicultura, etc, aproveitando programas de financiamento como o NOVAGRI.

Em termos de espaços naturais (que são significativos) e dos quais o expoente máximo considerado, é a Reserva Natural da Serra da Malcata, estes deverão ser aproveitados numa óptica de desenvolvimento global onde o concelho se insere, por vias do diálogo numa primeira fase e por vias construtivas em fases subsequentes.

Em termos de aproveitamentos complementares e no sentido de impedir a asfixia do concelho, defende-se que o IC 8 que tem saída em Segura, possa vir a tersaída em Monfortinho, servindo os Concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor. Defende-se também o prolongamento do IC 7 (previsto para ligar Figueira da Foz à Covilhã) até Penamacor, fronteira e seguimento até Plasência, uma vez que os espanhóis têm apostado num inequívoco desenvolvimento do eixo Salamanca-Plasência-Cáceres, com real expressão em concelhos de índole idêntica a Penamacor, nomeadamente Cória e Moraleja.

Baseado nas actas das reuniões realizadas nas 12 freguesias e em algum trabalho de pesquisa efectuado para o efeito, o Dr. Lopes Marcelo revelou-se um perito excelente no traçar do diagnóstico.

Segundo o Dr. Lopes Marcelo, temos andado demasiado desencontrados em relação às questões do desenvolvimento. O diálogo tem que ser realista, aberto e frontal. É fundamental que se tome consciência e participação, apostando no parceirismo sem clubismos e sem bandeiras; a única bandeira que deve nor-tear é a de Penamacor.

Não escondeu a angústia e frustração sentidas ao diagnóstico determinado e realista; quanto mais se aprofunda, mais frustração se sente.

O momento não era propício ao deitar de foguetes, mas sim a um olhar sério e profundo para as realidades e potencialidades deste concelho; tomam-se iniciativas e depois cai-se no marasmo. O único caminho é a participação esclarecida e o tomar de consciência.

A não ser assim, o futuro do Concelho de Penamacor, será escuro e pessimista.

O futuro do concelho apresenta-se sempre tendo em conta a dimensão. A estrutura produtiva fragilizada, a limitação de meios e instrumentos e a diminuição da sua comunidade faz com que o concelho isolado não tenha futuro. Isto conduz a que deva existir uma maior abertura às autarquias que estão à volta.

Para o Dr. Lopes Marcelo, a questão da liderança é também muito importante. O concelho tem o direito legítimo de intervenção, de ter voz; não podemos ser humildes em excesso...

A realidade económica e social, está em movimento permanente — em ruptura deslizando — e o saldo fisiológico apresenta uma evolução negativa: morre mais gente do que nasce. E uma comunidade com menos de 10% de população jovem está condenada ao desaparecimento. A repulsão líquida da população, conduziu a uma situação altamente preocupante, que em termos económicos e demográficos podemos chamar de "não retorno". Corremos o risco de ficar com as nossas freguesias desertas.

O sector agrícola é determinante. Mas será que temos sector agrícola?

A PAC - Política Agrícola Comum está contra os concelhos como o de Penamacor; os agricultores recebem para não produzir. Temos de integrar o concelho num vector de mundo rural, num vector de apoio de facto concreto à produção, à qualidade de vida, às condições de habitabilidade, de tornar atractivas as condições de vida das pessoas, mas não num vector exclusivamente agrícola. Uma agricultura pulverizada preocupada apenas com o armazenamento doméstico, não tem força, não tem interferência no mercado. Se não se fizer algo que inverta a situação, vai-se constatar que vai ser cada vez maior o número de terrenos agrícolas abandonados e a consequente destruição do equilíbrio agrícola dos solos. Urge inverter a velha ideia de que cada prédio tem que produzir tudo, como urge inverter a matriz florestal que destrói o fundo de fertilidade.

O sector industrial está comprometido! A Olivapen, grande aspiração de sucesso está a tornar-se num exemplo negativo, havendo necessidade de investir a poupança na criação de riqueza e sobretudo numa produção rentável, acabando de vez com a realidade de consumir mais do que aquilo que se produz, o que acentua a debilidade e a dependência económica do concelho.

Para o Dr. Lopes Marcelo, a acessibilidade não é só um problema das vias de comunicação, pois estas tanto podem atrair como expulsar as populações. Existem muitos outros factores a considerar.

No campo das instituições, o concelho é quase um "arquipélago de ilhas" com serviços de apoio a trabalhar isoladamente e de costas voltadas uns para os outros. Há que acabar com a situação e programar uma acção consertada.

Relativamente ao factor humano, o Dr. Lopes Marcelo salienta que não existirá um saldo qualitativo se não se conseguir controlar o déficite-demográfico e este passa pela fixação do sector jovem e população em idade activa, com mudança de mentalidade e formação profissional adequada.

No campo da preservação dos recursos naturais e com especial destaque para a Reserva Natural da Serra da Malcata, propõe o aproveitamento da albufeira da barragem da ribeira da Meimoa, pese embora o facto de o local ser considerado uma Reserva e não um Parque.

Temos de preservar e divulgar o nosso património histórico, edificado e monumental pois ele é no fundo a nossa memória.

No campo do artesanato, estamos a deixar morrer todos os dias autênticos artesãos que não são analfabetos funcionais. Os seus conhecimentos não são legados às novas gerações sendo por isso importante que as escolas dialoguem com os poucos que ainda existem.

O património etnológico está praticamente morto...!

Temos os trajes típicos e há que descobrir quem os vista ou então que sejam expostos no nosso Museu.

Para o Dr. Lopes Marcelo, as linhas traçadas para o futuro passam pela realização de "Jornadas Técnicas" e pela continuidade das Jornadas de Desenvolvimento, reassumidas permanentemente com a participação da população.

É importante a criação de um G.T.L. - Gabinete Técnico Local e um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento. É urgente a elaboração de uma Carta Turística; o material existe. É importante dinamizar a informação; só existe comunicação quando os outros a recebem.

Há um grande caminho a percorrer. A intervenção e a negociação têm que ser permanentes. Há que começar a gerar um "Centro de Racionalidade" onde se critique e exista diálogo construtivo.

Se o grito de alerta não for ouvido, entraremos numa desmemoriação, numa progressiva perda de matriz cultural que se traduzirá numa diluição das características próprias do concelho. Deixa-se um especial alerta a todos os responsáveis políticos e autarcas do concelho.

Para o Dr. Lopes Marcelo, estas Jornadas são apenas um ponto de partida e não um ponto de chegada. A criação de um modelo de desenvolvimento não é a "pedra angular" das Jornadas.

A intervenção do Dr. Lopes Marcelo foi uma "provocação", um desafio à mudança de mentalidades. A responsabilidade da liderança e o motor de desenvolvimento tem que inegavelmente caber à autarquia.

Após terminar a sua intervenção, salientou: "Temos de transpor o rio com ou sem ponte, dar o salto qualitativo para a outra margem e não regressar molhados, porque isso seria a pior das vergonhas, já que representaria desistirmos deste projecto e do trabalho permanente em prol do desenvolvimento da nossa terra".

O Vereador José Luís Gonçalves, por seu lado, retirou a ideia de que o desenvolvimento do concelho começa pela questão do factor humano e pela mudança de mentalidades. Todos nós temos culpa do amorfismo e da descrença que se vive no concelho. A crítica não pode ser gratuita; esta tem de ser responsável e construtiva.

Existe um factor primordial para a mudança de mentalidades que infelizmente não tem sido aproveitado e que passa pelo motivar a própria Igreja a estar com o concelho e a acreditar nele.

Também os professores e as escolas tem que ser motivados; têm um papel fundamental na mudança das mentalidades cabendo-lhes incutir nas crianças o gosto pela sua própria terra. É urgente que se reformule a nossa própria imagem, não só para fora do concelho mas sobretudo dentro dele.

Como vector de possível desenvolvimento, o Vereador José Luís Gonçalves defende o turismo de selecção e de qualidade.

No campo da iniciativa privada, existe uma enorme falta de capacidade de risco. Neste aspecto, a Câmara não pode nem se lhe deve substituir.

Dentro do debate em torno de todas estas vertentes de desenvolvimento, também houve quem levantasse dúvidas, e até algum ceticismo, em relação às vias apontadas no PDM.

Foi o caso do Vereador, Dr. Valter Lemos que salientou que "sendo a contenção do declínio demográfico a questão central, as medidas previstas acabam por pôr em causa esse objectivo. Isto, porque não há previsões de crescimento económico, mas apenas medidas de conservação que embora sendo respeitáveis, são insuficientes". Por outro lado, defendeu que afalada "racionalização dos saberes" só se faz com a existência e fixação de técnicos e que por isso, não se pode ficar pelos cursos de artesanato. O futuro assenta em instituições de ensino permanente, nomeadamente o ensino técnico-profissional.

Aponta muito concretamente que deve existir uma racionalidade das escolas existentes no sentido da criação de uma via de ensino de carácter profissional que contemple a formação de técnicos em áreas que estejam adaptadas às necessidades do concelho pois as escolas secundárias não preparam de modo algum os jovens para a vida activa e profissional.

O Dr. Francisco Ribeiro, Presidente da Câmara, rebateu fortemente a ideia de que compete à autarquia fazer tudo. "Há que mudar. Urge mudar as mentalidades e incentivar o associativismo, pois estamos num concelho de poupanças que se não traduzem em investimento. Os particulares têm que ver com bons olhos a necessidade de investir; não pode ser a autarquia a construir empresas e entregá-las a meia dúzia de iluminados".

A Câmara não recusa o dever de liderar o processo, mas encontra condicionamentos dada a inexistência de uma política definida, quer a nível regional, quer a nível nacional o que leva a defender a absoluta necessidade de uma "regionalização".

Estes condicionamentos têm também implicações na questão do regadio, um vez que entravam o processo de emparcelamento que é considerado essencial para o desenvolvimento agrícola do concelho.

A Câmara já se candidatou por diversas vezes a um G.T.L. - Gabinete Técnico Local, mas até ao momento ainda não lhe foi cedido.

Sem boas vindas de comunicação não há desenvolvimento. Existe a necessidade absoluta de que o IC 7 e o IC 8 venham a servir o concelho.

Consciente de que isoladamente nada se consegue, o Presidente da Câmara voltou a reforçar a necessidade da regionalização como força e voz das nossas aspirações. "- É a questão da dimensão de que falava o Dr. Lopes Marcelo...!". Contraindo-se à ideia de muitos, "o executivo quer ouvir, para fazer de acordo com as vontades".

Para o Presidente da Assembleia Municipal, António José Seguro, estas Jornadas foram positivamente; a taxa de participação da população, principalmente nas reuniões preparatórias, foi excelente. As pessoas vieram trazer ideias e fazer propostas sobre questões importantes para o concelho e não, como se temia, apenas discutir os problemas particulares e menores.

Pensa também que, acima de tudo, as pessoas saíram das Jornadas com esperança e a pensar. Uma grande lição que a autarquia colheu foi a de que tem de tomar a iniciativa, porque se o fizer, haverá decerto resposta do outro lado. O que é necessário é criar regras, definir objectivos e arranjar meios.

Para o Presidente da A. M. as autarquias não têm por obrigação fazer aquilo que está na lei; têm é por obrigação fazer tudo aquilo que a lei não impeça e, neste caso concreto terá de o fazer porque é o bem das pessoas que vivem no concelho que está em causa.

As Jornadas foram um meio de consciencializar as pessoas de que têm energia e poder para mudar as coisas. Embora não existam de momento modelos globais concretos, práticos, eficientes e capazes de levar a curto prazo a obter grandes valorizações de capital, há no entanto ideias viáveis possíveis de ser implementadas e que passam pelo aproveitamento dos recursos disponíveis sem que seja preciso importar tecnologias.

A preocupação central terá de ser o aspecto qualitativo dos recursos sempre com uma expressão regional marcada. Alguns exemplos:

- pequenos regadios
- fruticultura e frutos secos
- turismo rural
- artesanato
- pecuária / lacticínios
- apicultura
- plantas aromáticas e medicinais
- produtos agro-biológicos
- cogumelos
- turismo de natureza
- etc.

No preciso momento em que terminou a Conferência Final, alguém disse que o título das próximas Jornadas já não terá o ponto de interrogação, e será simplesmente:

"PENAMACOR TEM FUTURO"

## JUNTA DE FREGUESIA DA MEIMOA

Cumprimentamos todos os Meimoienses e em particular agradecemos aqueles que em nós depositaram o seu voto de confiança.

Depois de uma longa pausa, registamos com muito agrado o retomar do calcetamento de algumas ruas da nossa Freguesia, tais como a Rua do Jogo da Bola, Rua do S. Domingos e Rua do Cemitério. O arranjo de alguns becos e pequenas ruas, está previsto para breve.

Temos talvez a melhor Casa Mortuária do Concelho de Penamacor, construída única e exclusivamente com os donativos da maior parte dos Meimoienses, o que nos deixa muito felizes, pois sabemos que podemos contar com todos em prol do desenvolvimento e bem estar da nossa freguesia.

Há ainda nos nossos planos a concretização de diversas obras, tais como o alargamento das redes de água e electricidade, a construção de infraestruturas para apoio do desporto, etc.

Com a ajuda de todos, autarcas e cidadãos do nosso Concelho, tentaremos encontrar soluções na agricultura, no turismo e na indústria, para que os nossos jovens tenham condições de bem estar e de trabalho, que lhes permitam fazer deste Concelho uma terra com futuro.

O Presidente da Junta

Artur Cruchinho dos Santos

## OBRAS

### PARQUE DE CAMPISMO

Levaram-se a efeito, neste local, alguns melhoramentos de modo a proporcionar aos utentes um melhor conforto durante a sua estadia.

O de maior realce será o bar com minimercado. É uma obra que, embora inacabada por falta de tempo, vem colmatar uma falta que era necessária remediar.

Conforme já o dissemos noutra altura o parque será sempre uma obra sujeita a melhoramentos constantes.

### ÁGUA AO MEIMÃO

Freguesia do Norte do Concelho, situada mesmo juntinho à barragem, tem tido inúmeros problemas com o abastecimento de água, o que é uma contradição; isto é, os habitantes vêem a água da barragem mas não a têm para as suas necessidades básicas.

Estava programado o seu fornecimento a partir do sistema de abastecimento de água a todo o Concelho o que viria a acontecer dentro de 2 ou 3 anos.

Contudo, não é possível esperar mais tempo. Por isso, a Câmara deliberou fazer uma captação junto à barragem, construir um depósito e uma pequena estação de tratamento de modo a resolver este grave problema. Esta obra está orçada em 10.000 contos.

De realçar ainda que, no ano passado se fizeram algumas obras no actual local de captação. Porém, a falta de chuva veio piorar a situação.

### ZONA INDUSTRIAL

Com verbas da Câmara Municipal, têm continuado as obras na zona industrial. Fez-se a distribuição da conduta de água nas ruas já abertas,, com as respectivas bocas de incêndio e ramais.

Iniciou-se, também, a rede de distribuição eléctrica.

Podemos, pois, dizer que já existem as condições básicas para se poder construir naquela zona.

Continuaremos ali a investir sempre que haja disponibilidade financeira e de máquinas.

### ARRUAMENTOS

Nos últimos 6 meses a equipa de calceteiros dedicou-se ao arranjo de ruas na freguesia de Salvador, em virtude de ser a freguesia mais atrasada neste campo. Pensamos que o aspecto da mesma melhorou consideravelmente, embora não tanto como desejaríamos.

Ali se calcetaram 5.300 m<sup>2</sup>.

De salientar que as freguesias de Salvador e Aranhas continuam, em calcetamentos, ainda um pouco, abaixo do nível das restantes.

### SANEAMENTO BÁSICO

Estão a ser levadas a efeito, nas freguesias atravessadas pela 233 (Águas, Pedrogão, Meimoa e Vale da Senhora da Póvoa), ampliações de condutas de água e esgoto. São ampliações onde é necessário atravessar a estrada nalguns pontos e de modo a que tudo seja realizado antes do início das obras previstas para aquela via.

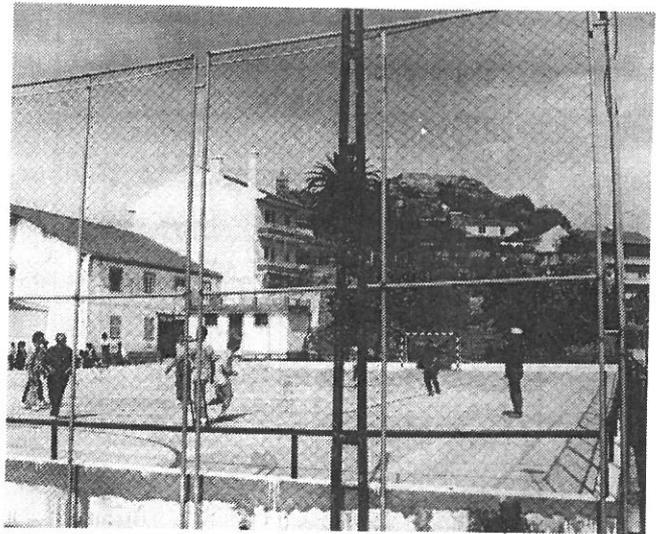
Esperamos, até ao fim do corrente ano, atingir os 99% da cobertura de água e esgotos em todo o concelho.

### PENAMACOR

#### Miradouro:

Em estreita colaboração com a Junta de freguesia de Penamacor, construiu-se um miradouro no cimo da vila. Todo em granito, a condizer com o existente, dali se avista uma paisagem maravilhosa. Quando visitar aquela zona não se esqueça de subir ao miradouro.

### POLIDESPORTIVO



*Polidesportivo de Penamacor*

Foi totalmente remodelado o polidesportivo situado no ex-quartel.

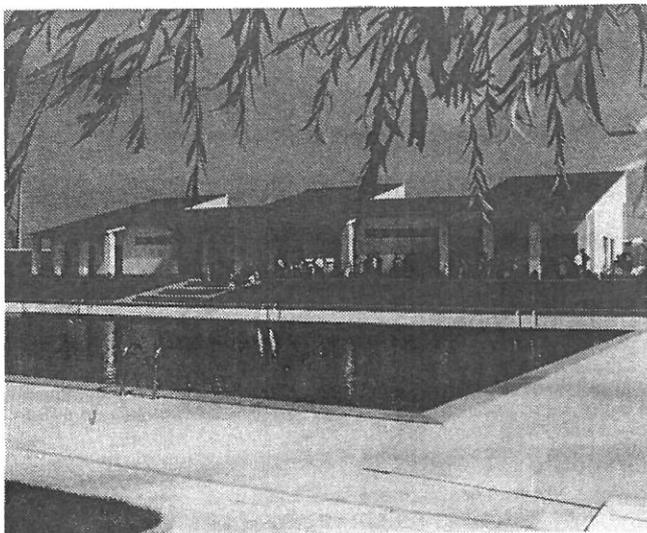
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ceder a sua gestão à A.D.E.P. que, durante a Páscoa, o reabriu com um torneio de futebol de salão, onde participaram duas equipas Espanholas, a A.D.E.P. e uma da Pontinha.

Apelamos aos jovens para que estimem as referidas instalações e que evitem procedimentos negativos como têm acontecido até ao presente.

### EX-CASA DO POVO

Como é do conhecimento geral, os Serviços da Segurança Social já funcionam no edifício ao lado do da Casa do Povo. Este, por sua vez, transitou para a Câmara Municipal que nele está a realizar determinadas obras de modo a torná-lo mais atractivo e mais funcional.

## PISCINAS MUNICIPAIS



*Vista parcial das Piscinas Municipais*

Teve lugar no passado dia 18 de Julho, a inauguração das Piscinas Municipais. Presidiu ao acto, Sua Excelência o Senhor Governador Civil de Castelo Branco.

Além do Presidente da Câmara de Penamacor e do restante Executivo, estiveram presentes alguns Presidentes de Câmara do Distrito, membros da Assembleia Municipal do Concelho, Juntas de Freguesia e Entidades Oficiais de Penamacor.

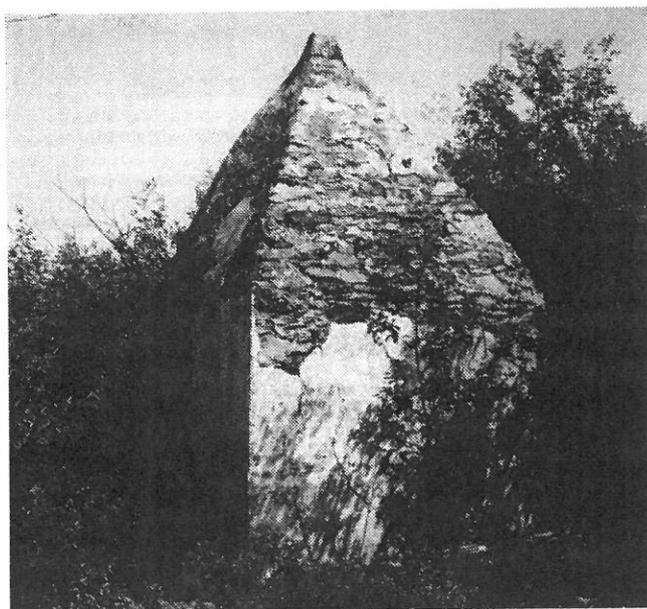
A população aderiu em grande número à cerimónia que teve, por parte da Comunicação Social, uma grande cobertura.

Durante a inauguração usaram da palavra o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Governador Civil.

O complexo, ainda que não estejam apurados os custos totais, deve rondar os 150 mil contos.

Toda a obra foi realizada sómente com verbas da Autarquia.

## SALVE-SE O PATRIMÓNIO CULTURAL



*Ermida de Santa Marta*

Li há tempos num jornal local que alguns dos principais monumentos do nosso Concelho, são constituídos por Igrejas e Capelas. Neste aspecto estou de acordo.

Esse mesmo artigo frisava que se devem conservar e restaurar e que sobre isso alguma coisa se está a fazer. É verdade.

No que difere a minha opinião é no sentido de que, se só se procuram restaurar os que possam dar algum rendimento ou fachada, continuando os outros em completo abandono.

É o caso concreto da Ermida de Santa Marta, pequenino monumento religioso situado no monte do mesmo nome e num dos pontos mais altos do Concelho.

Esta pequenina Capela, construída em séculos recuados e destruída no século passado, foi reconstruída pelos fiéis habitantes da Freguesia de Benquerença em 18.05.1892 conforme inscrição na torça da porta.

Encontra-se bastante degradada, mas não a ponto de, havendo interesse e sómente com alguns sacos de cimento, de areia e cal, não consigam recuperá-la.

Para o efeito precisa de ser retirado o resto de reboco antigo, uma limpeza geral no interior, uma porta e desafogar o local do mato que envolve a Ermida.

Numa altura em que tanto se fala de Turismo e Património Cultural é chegada a altura de os discursos ficarem na gaveta e se passar à prática. Só pela paisagem que do local se desfruta, tudo vale apenas.

Por isso ou a Câmara Municipal de Penamacor, ou a Junta de Freguesia de Benquerença, ou o Pároco da Freguesia de Benquerença poderiam salvar este momento e estou convencido que os habitantes da Freguesia os secundariam.

Senhoras autoridades: é chegado o momento de agir, tanto mais que o respectivo acesso, presentemente, já não é difícil.

O Encarregado do Museu  
**Aristides Galhardo Mota**

## PROGRAMA LEADER

Ligação entre Acções de Desenvolvimento em Economia Rural - 1992 / 1993

A Câmara Municipal de Penamacor faz parte da ADRACES (Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul).

Pela sua importância transcrevemos alguns exertos desse programa de modo a dá-lo a conhecer a possíveis investidores.

Para melhor esclarecimento, as pessoas podem dirigir-se à Câmara Municipal.

O que é a ADRACES?

Associação sem fins lucrativos, fundada por quatro Autarquias da Raia Centro/Sul: Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão e outras entidades públicas e privadas.

Quais os seus fins?

Promover e fomentar o desenvolvimento equilibrado dos recursos e potencialidades da Região.

Ajudar a criar estruturas e mecanismos que permitam às populações do Mundo Rural e Agrícola, a partir da sua própria dinâmica, alcançarem um nível de vida semelhante ao dos outros sectores de actividade.

O que é Leader?

É um programa integrado de Desenvolvimento Rural, que contempla três áreas de actuação:

- Turismo em espaço rural;
- Transformação e Comercialização de produtos locais;
- Dinamização do Património Histórico-Cultural e do Artesanato local.

O que pretende?

Contribuir para o desenvolvimento da Raia Centro/Sul, nos vários sectores de actividade (agricultura, industria e serviços).

Combater o processo de desertificação humana que se verifica.

Motivar e mobilizar as vontades e os recursos existentes para o desenvolvimento da região.

Quais as suas linhas de actuação?

O Programa integrado de desenvolvimento Rural é constituído por três sub-programas e vinte e cinco medidas de actuação. As acções a desenvolver no quadro do programa centrar-se-ão em três áreas principais:

- Turismo em espaço rural;
- Apoio à valorização, transformação e comercialização de produtos locais;
- Valorização e dinamização do Património Histórico e do Artesanato Local.

No âmbito do Turismo em espaço rural os apoios incidirão sobre:

- Aproveitamento de edifícios rurais para a actividade Turística;
- Apoio e dinamização de restaurantes típicos e cozinha regional;
- Estruturas cinegéticas;
- Formação profissional específica;
- Rede turística regional.

No quadro da transformação e comercialização de produtos locais e dinamização do Património Histórico-Cultural e do Artesanato Local, as ajudas reflectir-se-ão sobre:

- Dinamização de pequenas empresas agro-alimentares de produtos locais;
- Definição e apoio de campanhas de "marketing";
- Defesa e promoção de produtos locais de qualidade;
- Defesa e promoção do Património Histórico-Cultural.

A promoção e implementação destas medidas de forma integrada e interdependente promoverão o desenvolvimento de forma concertada e equilibrada.

Apoios a conceder?

A ADRACES apoiará os projectos válidos, depois de analisados e seleccionados pelo GAL (grupo técnico), de acordo com a regulamentação própria do programa e definida pela Direcção. Este apoio reveste a forma de participação financeira a fundo perdido, de acordo com a importância e interesse de cada projecto.

Poderá, ainda, dar-se apoio técnico nos domínios dos estudos de viabilidade económico-financeira dos projectos e da promoção comercial e da qualidade e imagem dos produtos locais.

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUB-PROGRAMA E MEDIDAS

PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO EM ESPAÇO RURAL (SUB-PROGRAMA 1)						
MEDIDAS	DESCRIÇÃO	COMPONENTE COMUNITÁRIA (LEADER)		COMPONENTE NACIONAL (LOCAL)		TOTAL
		Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	
1.1.	Promoção e valorização do turismo rural	32.000	50	32.000	50	64.000
1.2.	Dinamização e promoção do turismo cinegético	10.000	50	10.000	50	20.000
1.3.	Recuperação e aproveitamento de imóveis e áreas tradicionais	35.000	50	35.000	50	70.000
1.4.	Valorização de restaurantes típicos	19.620	55	16.052	45	35.672
1.5.	Aproveitamento, arranjo e ordenamento de zonas e orlas ribeirinhas	20.000	65	10.769	35	30.769
1.6.	Levantamento dos "sitios" turísticos	1.500	70	643	30	2.143
1.7.	Apoio e financiamento à coordenação da rede turística	3.500	70	1.500	30	5.000
1.8.	Assistência técnica aos promotores das iniciativas deste sub-programa	6.000	70	2.571	30	8.571
1.9.	Formação de animadores locais	2.000	70	857	30	2.857
TOTAL		129.620		109.392		239.012

Unid.: contos

APOIO À VALORIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS LOCAIS (SUB-PROGRAMA 2)

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	COMPONENTE COMUNITÁRIA (LEADER)		COMPONENTE NACIONAL (LOCAL)		TOTAL
		Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	
2.1.	Apoio à promoção e comercialização de produtos locais	20.670	70	9.944	30	29.814
2.2.	Apoio à pequena indústria de frutas, legumes e produtos biológicos	20.000	50	20.000	50	40.000
2.3.	Apoio à introdução e produção de produtos biológicos/naturais	4.000	55	3.272	45	7.272
2.4.	Apoio à certificação da qualidade de produtos locais	6.000	65	3.230	35	9.230
2.5.	Apoio à modernização e reorganização de queijarias e pequenas salchicharias regionais	7.000	50	7.000	50	14.000
2.6.	Apoio à gastronomia local e nomeadamente o fabrico de docaria regional	15.000	65	8.077	35	23.077
2.7.	Estudo e apoio à produção de embalagens	5.500	70	2.357	30	7.857
2.8.	Apoio à implementação de pequenas indústrias locais	7.000	65	3.769	35	10.769
2.9.	Assistência técnica aos promotores destas iniciativas	3.000	70	1.286	30	4.286
TOTAL		86.370		57.935		146.305

Unid.: contos

VALORIZAÇÃO DINAMIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL E DO ARTESANATO LOCAL (SUB-PROGRAMA 3)

MEDIDAS	DESCRIÇÃO	COMPONENTE COMUNITÁRIA (LEADER)		COMPONENTE NACIONAL (LOCAL)		TOTAL
		Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	
3.1.	Recuperação e valorização do património histórico-cultural	34.370	65	18.937	35	52.877
3.2.	Valorização do património arqueológico	20.000	65	10.770	35	30.770
3.3.	Recuperação, valorização e produção do artesanato local	15.000	65	8.077	35	23.770
3.4.	Apoio a associações sócio-culturais	11.640	70	4.988	30	16.628
3.5.	Estudo com vista ao levantamento do artesanato regional	1.500	70	643	30	2.143
3.6.	Curso de formação para artesões locais	3.000	70	1.286	30	4.286
3.7.	Assistência técnica aos promotores destas iniciativas	6.500	70	2.785	30	9.285
TOTAL		92.010		47.056		139.759

Unid.: contos

# INFORMAÇÕES

## Abertura da fronteira Penamacor - Valverde del Fresno

De 10 de Junho a 30 de Setembro — das 08.00 h às 01.00 h.

De 10 a 17 de Outubro — das 08.00 h às 01.00 h.

De 28 a 30 de Novembro — das 08.00 h às 22 h.

De 14 de Dezembro a 7 de Janeiro — das 08.00 h às 22 h

## Horário da Biblioteca

— das 09.00 h às 12.30 h  
— das 14.00 h às 17.30 h

## Preçário da Piscina Municipal

— Menores de 7 anos	Grátis
— Dos 7 aos 12 anos	100\$00
— Maiores de 12 anos	200\$00

Desconto de 10% aos portadores de Cartão Jovem.



## Parque Municipal de Campismo de Penamacor

Ribeira da Bazâgeda - Sítio do Freixal  
\* 6090 Penamacor - Telef.

## CAMPING

### Época de Funcionamento:

1 de Abril a 31 de Outubro

### Horário de Funcionamento:

Abril, Maio e Outubro - 9.00 h - 20.00 h

Junho, Julho, Agosto e Setembro - 8.00 h - 22 h

### Preços de utilização por dia

Extravio ou danificação dos boletins de admissão - 1.000\$00

#### 1. Pessoa:

a) Menores de 7 anos	Grátis
b) Dos 7 aos 12 anos	100\$00
c) Maiores de 12 anos	200\$00

#### 2. Visita a Utente:

a) Menores de 7 anos	Grátis
b) Dos 7 aos 12 anos	100\$00
c) Maiores de 12 anos	200\$00

3. Tendas canadianas . . . . . 60\$00

4. Tendas, Roulotes e auto-tendas . . . . . 100\$00

5. Auto-caravanas . . . . . 150\$00

6. Consumo de energia eléctrica . . . . . 100\$00

#### 7. Parque de estacionamento:

a) Veículo automóvel	50\$00
b) Velocípedes c/ motor	25\$00

#### 8. Material desocupado:

a) de Novembro a Março	mais 25%
b) de Abril a Outubro	mais 50%

#### Descontos:

— Portadores de Cartão Jovem	10%
— Funcionários da C.M.P.	20%

## POSTOS DE TELEFONES PÚBLICOS

Águas	35114
Aldeia do Bispo	35115
Aldeia de João Pires	35111
Aranhas	35113
Bemposta	32116
Benquerença	37116
Meimão	071 - 61252
Meimoa	37112
Pedrogão	33114
Penamacor	94112
Salvador	35112
Vale Sra. da Póvoa	071 - 68141
CTT - Penamacor	94111

## MÉDICOS - Penamacor

— Dr. António Neves Bento	94224
— Dr. Francisco José Pires Robalo	94303
— Dr. Manuel A. Caria Martins	94328
Delegação do Centro Regional - Ex. Casa do Povo:	94750

Tribunal	94173
"	94513
Tesouraria Fazenda Pública	94160
Repartição de Finanças	94293
Cartório Notarial	94260
EDP - Electricidade de Portugal	94152

## JUNTAS DE FREGUESIA

Águas	35367
Aldeia do Bispo (Presid.)	35456
Aldeia João Pires (Presid.)	35408
Aranhas (Presid.)	35436
Bemposta (Presid.)	32324
Benquerença (Presid.)	37118
Meimão	61207
Meimão (Presid.)	61191
Meimoa (Presid.)	37157
Pedrogão	33305
Penamacor	94564
Salvador (Presid.)	35186
Vale Sra. da Póvoa	—

## RESTAURANTES

### Em Penamacor:

— "O Poço"	94202
— "Karika"	94477
— "O Caçador"	94143
— "Vila Rica"	94311
— "Dois Pinheiros"	94157
— "Piscina Municipal"	—

### Em Meimoa:

— "Estrela da Beira"	37143
— "O Calhanbeque"	37221
— "Ponte Romana"	37177

### Em Benquerença:

— "O Tear"	37153
— "31 de Janeiro"	37116

### Em Pedrogão:

— Café Restaurante "A Paragem"	33228
--------------------------------	-------

## DORMIDAS:

### Em Penamacor:

- "Estalagem Vila Rica"  
A saída de Penamacor para Castelo Branco.  
Tem parque privativo . . . . . 94311
- "Café / Restaurante Dois Pinheiros"  
A 2 Kms à saída de Penamacor para C. Branco.  
Tem parque privativo. . . . . 94517 (Fax)
- "Domingos Jesus Mota" . . . . . 94185  
No centro da Vila. . . . . 94187

### Em Meimoa:

- Estalagem "Estrela da Beira" . . . . . 37143
- Café /Restaurante "O Calhambeque" . . . . . 37221
- Café /Restaurante "Ponte Romana" . . . . . 37153

### Em Águas:

- Café / Restaurante "O Zé Galante"  
Tem parque privativo . . . . . 35602
- Café / Restaurante "O Fontanhão"  
Tem ar condicionado e parque privativo. . . 35196

## ÁGUA NO CONCELHO DE PENAMACOR - SITUAÇÃO ACTUAL

Embora a chuva tenha sido escassa, o abastecimento de água ao concelho está, segundo a nossa opinião, mais ou menos assegurado no Verão. Para isso, e além da barragem da Bazágueda que se encontra cheia, a Câmara recuperou 2 açudes a montante da referida barragem e que se encontram cheios. Porém, tudo vai depender do momento em que a ribeira da Bazágueda deixar de correr. Em anos anteriores correu até finais de Junho, o que origina haver água até finais de Setembro.

Como informação deixamos o seguinte esquema

Freguesia	Captação	Situação actual	Situação futura
Águas	Bazágueda	Boa	Depende da chuva
Aldeia do Bispo	Bazágueda	Boa	Depende da chuva
Aldeia de J. Pires	Bazágueda	Boa	Depende da chuva
Aranhas	Campo Frio	Insuficiente	Depende da chuva
Bemposta	Barrag. P. Garcia	S/ problemas	Depende do forn. Idanha-a-Nova
Benquerença	Rib. da Meimoa	S/ problemas	
Meimão		Crítica	
Meimoa	Rib. da Meimoa	S/ problemas	
Pedrogão	Barrag. P. Garcia	Boa	Depende do forn. Idanha-a-Nova
Penamacor	Bazágueda	Boa	Depende da chuva
Salvador	Barrag. P. Garcia	Boa	Depende do forn. Idanha-a-Nova
Vale S. Póvoa	S.ª da Opa	Boa	
Parque Campismo	Furo artesiano	Boa	

Perante tudo isto, o futuro poderá ser uma incógnita, no caso da falta de chuva. Como atrás se referiu a situação actual não é má. Contudo, pedimos a todos para que se não estrague água.

Se for caso disso, a Câmara tomará as necessárias providências e comunicá-lo-á a todos os Srs. Municípios.

## E. M. 569 - Penamacor-fronteira c/ Espanha

### 1.ª Fase

Foi a concurso a 1.ª fase da beneficiação, correcção e alargamento da Estrada Municipal 569 - Penamacor-fronteira com Espanha, mais propriamente entre a ponte da Ribeira da Barragem e Espanha.

A base de licitação era de 155.000 contos.

A obra é participada a 75% pelo programa Interreg.

### Concorrentes

Henrique da Piedade Matos  
Alfredo Ferreira da Silva  
Construções Vieira Mendes  
Construtora do Alva  
Jaime Ribeiro & Filhos  
Vitor Manuel Faustino Ferreira  
Lopes, Chupa & Bemposta  
Construtora Abrantina  
Viatécnica  
Lambelho & Ramos, Lda.  
Terplana  
Ermoque  
António Pina Vieira do Vale  
Luis Serras Vermelho  
João de Sousa Baltazar  
António Lourenço, Lda.

### Proposta

114.465.510\$00  
127.202.823\$00  
151.328.310\$00  
138.428.340\$00  
135.283.394\$00  
118.127.368\$00  
129.925.905\$00  
130.895.888\$20  
127.885.605\$00  
125.653.056\$00  
142.165.740\$00  
118.770.535\$00  
103.205.380\$00  
104.914.850\$00  
112.400.610\$00  
102.443.850\$00

Nota: A beneficiação desta estrada começa da fronteira para Penamacor, por sugestão dos Serviços Técnicos da Câmara, porque se fosse ao contrário, as máquinas e camiões das obras teriam que passar pela parte arranjada o que originaria estragos consideráveis.

## REQUISIÇÃO DE ÁGUA

### Como deve proceder:

a) — Pedido escrito, dirigido ao Presidente da Câmara, para a ligação, com identificação completa do prédio, indicação matricial ou prova de que foi pedida a inscrição (caderneta predial) e ainda em que qualidade faz o pedido que, no caso de arrendatário, obriga a apresentação de respectivo contrato de arrendamento.

b) — Recebido o pedido, será feita pelos serviços da Câmara vistoria ao prédio em tempo útil, tendo em atenção a ordem de entrada dos pedidos e sua distribuição geográfica.

c) — Feita a vistoria, serão comunicadas ao requerente as deficiências encontradas ou a aprovação dos trabalhos vistoriados.

d) — No caso de verificação de deficiências a Câmara Municipal marcará um prazo para a sua regularização devendo, depois das mesmas terem sido sanadas, ser solicitada nova vistoria.

e) — A ligação será feita após requisição e passagem de certificado de aprovação e no caso de casas novas, depois de passada a licença de habitabilidade.

f) — No caso de não cumprimento do estipulado na alínea d) o processo será arquivado.

Os contratos consideram-se em vigor a partir da data da colocação do contador, iniciando-se a cobrança das taxas e tarifas a partir dessa data.

## DELIBERAÇÕES DAS SESSÕES DE CÂMARA

### Deliberado por unanimidade:

— Vender um lote de terreno na zona de expansão industrial, ao Sr. Manuel do Carmo Leal para construção de uma oficina.

— Adquirir terrenos em Aldeia do Bispo, para construção da fossa séptica.

— Actualizar a tabela de preços da água.

— Aprovar uma moção de repúdio pela suspensão da lei das finanças locais com os seguintes dois pontos:

1 — Reiterar a não aceitação da sonegação, deliberada, arbitrária e prepotente por parte do governo, do valor de 55 milhões de contos do montante do FEF proposto no OE/92 a que, nos termos das finanças locais, os Municípios Portugueses teriam direito.

2 — Reiterar a nossa total confiança e apoio à A.N.M.P. em todas as medidas que vier a tomar para defesa dos interesses das nossas populações.

— Aprovar o seguinte Voto de Louvor:

"Na última sexta-feira, dia 21 de Fevereiro, foi prestada homenagem pública ao Senhor Ex-Governador Civil de Castelo Branco-, Comendador Alberto Romãozinho. Devido ao elevado número de presentes, essa manifestação foi uma prova de apreço e admiração que todo o distrito demonstrou a Sua Excelência. Considerando também que o concelho de Penamacor e esta Câmara lhe devem retribuir essa mesma gratidão e estima, propõe-se que

seja exarado em acta um Voto de Louvor ao Senhor Comendador pelo esforço demonstrado nestes últimos doze anos à frente dos destinos do distrito de Castelo Branco."

— Subsidiar a ADEP até ao montante de 50 mil escudos para participação nas despesas com o torneio de futebol de salão, a realizar Domingo de Páscoa, e em que participarão duas equipas espanholas.

— Apoiar com máquinas, camions e areia, até ao montante de 500 contos, nas obras de restauro na Ermida de Nossa Senhora do Incenso.

— Indicar o Sr. Prof. Libério Candeias Lopes e o Sr. José Maria Robalo Batista, para integrarem a Comissão Organizadora das Jornadas de Desenvolvimento do Concelho.

— Aprovar as novas tabelas de entrada no parque de Campismo.

— Aprovar o protocolo de cedência para gestão e utilização do polidesportivo e balneários em Penamacor à ADEP.

— Aprovar o plano de transportes escolares para o próximo ano lectivo.

— Dar o nome de Rua da Nova, à nova rua aberta no loteamento da cerca.

— Atribuir um subsídio de 50 mil escudos à Menagem, para custear as despesas com actividades realizadas em 92/04/26.

— Aprovar as Contas de Gerência referentes a 1991.

— Conceder um subsídio no valor de 2 mil contos aos B.V.P.

— Alterar o nome de várias ruas na freguesia de Aranhas.

— Vender um lote de terreno na zona de expansão industrial ao Sr. Domingos de Jesus Mota.

— Adjudicar à firma António Lourenço, Lda. a 1.ª fase da E.M. 569, Penamacor-fronteira de Espanha, pelo valor de 102.443.760.00.

— Atribuir à ADEP um subsídio no valor de 100 mil escudos, para realização do 2.º circuito pedestre de Penamacor.

— A Câmara Municipal aderiu à CESAB - Centro de Serviços de Ambiente -, como sócia fundadora.

— Adjudicar o arrendamento do bar das piscinas Municipais ao Sr. Domingos de Jesus Mota.

### Deliberado por maioria:

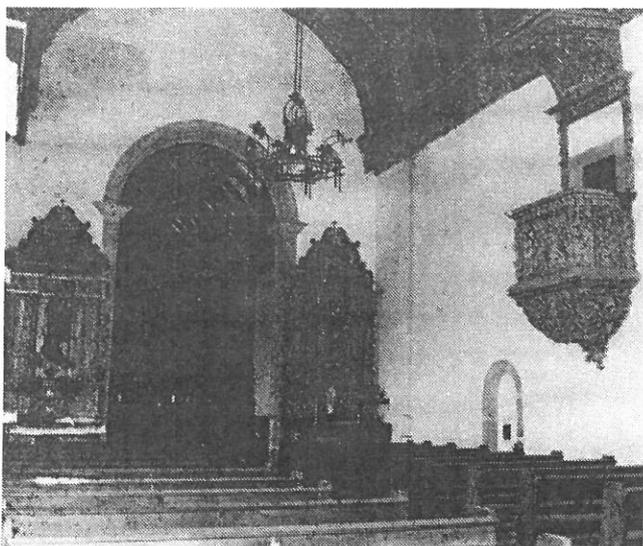
— Aprovar o Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 1992, no valor de 863. 942.000\$00.

— Atribuir um subsídio no valor de 50 mil escudos à Extensão Educativa de Penamacor, para uma visita de estudo dos cursos de formação de adultos.

— Aprovar as tabelas de taxas de entrada nas Piscinas Municipais e Parque de Campismo.

— Adjudicar o arrendamento do bar do Parque de Campismo ao Sr. Albano Lopes Nunes.

## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENAMACOR



Igreja de Sto. António

As Santas Casas da Misericórdia são instituições cuja existência em Portugal (e noutros países europeus) remonta há algumas centenas de anos, tendo sempre como objectivo central a assistência social e a prática da solidariedade e caridade cristãs. Foram sempre instituições com ligação à Igreja Católica e como tal, algumas viram os seus bens confiscados durante a I República acabando por desaparecer.

Da Santa Casa da Misericórdia de Penamacor não se conhece com rigor a data da sua fundação, no entanto ela remota há muito tempo, pois que D. Luís em Carta Real outorgou-lhe os direitos de propriedade sobre o hospital concelhio (o qual incluía também o Convento e Igreja de Sto. António e terrenos adjacentes, nos quais estava incluído o actual Terreiro de Sto. António).

Posteriormente viria a desaparecer. Em 1945 é refundada sendo aprovado novo Compromisso estatutário pelo Governo e pelo Bispo da Diocese. Em 1946 o Ministro do Interior devolveu-lhe alguns dos bens, entre os quais o hospital e respectivas propriedades.

É esse Compromisso, com algumas alterações que ainda se encontra em vigor.

O hospital viria a ser encerrado na década de setenta. Nessa mesma altura a Misericórdia procedeu à reconstrução do Convento de Sto. António para aí instalar uma maternidade designada "Bárbara de Jesus Cerdeiro" em homenagem à benemérita que concedeu donativo para o efeito.

A actividade principal da Santa Casa continua a ser a assistência e solidariedade social. Assim tem em funcionamento no Convento de Sto. António em Penamacor um Centro de Dia de Idosos onde são atendidos cerca de 30 idosos, sendo ainda outros 15 assistidos directamente nas suas casas. No Salvador, em casa dada pelo Dr. Júlio Moutinho encontra-se outro Centro de Dia com atendimento a 30 idosos.

Para além disso, a Santa Casa possui uma Creche e Jardim de Infância instalados, no pavilhão norte do antigo hospital, o qual sofreu grandes obras de reconstrução há alguns anos, para o efeito, sendo frequentado por mais de 40 crianças. As instalações são oficialmente reconhecidas como das melhores de todo o distrito.

Para tudo isto a Misericórdia tem actualmente 15 pessoas ao seu serviço, mas tem algumas dificuldades, pois além do seu património não ser financeiramente rentável ainda consome grande quantidade de dinheiro na sua conservação pois trata-se de igrejas e monumentos aos quais Penamacor tem ligada a sua história e a própria identidade.

Por isso mesmo esta instituição deverá merecer o carinho e o respeito profundo de todos os penamacorenses. Os seus únicos fins são a solidariedade, a assistência e a conservação da memória de todos nós.

Infelizmente, por vezes os homens deixam perder tais valores em troca de mesquinhas vantagens pessoais ou de grupo, esquecendo que a preservação das suas raízes e do valor da solidariedade numa pequena comunidade como a nossa é de vital importância para todos.

Na sequência do 25 de Abril de 1974 os hospitais das Misericórdias foram nacionalizados.

A maternidade não chega a entrar em funcionamento e as suas instalações são cedidas por empréstimo ao Ministro da Saúde para instalação do Centro de Saúde de Penamacor. Em troca aquele Ministério compromete-se a financiar a reconstrução do hospital, o que nunca veio a acontecer.

Actualmente a Misericórdia tem a seu cargo alguns dos mais importantes monumentos de Penamacor como a Igreja de Sto. António (séc. XVII), jóia do património penamacorense, a Igreja da Misericórdia com o seu pórtico manuelino e a Igreja de S. Domingos (Santo Cristo), provavelmente o mais antigo local de culto de Penamacor, remontando a sua origem ao séc. XII.

Para além da reconstrução do Convento de Sto. António no início da década de 70, a Misericórdia tem cuidado deste inestimável património, tendo recentemente feito reparações em todas as Igrejas, com relevo para a de Sto. António onde se fizeram obras de reparação de telhados, tecto dos claustros, sacristia, coro e outras, e, especialmente na capela de S. Domingos a qual acaba de sofrer grandes reparações no telhado e paredes, limpeza de todos os granitos e arranjo do recinto com muros e uma escadaria de acesso de mais de 50 metros, em granito da região. Esta obra foi subsidiada pelo governo e contou com a colaboração da Câmara Municipal.

A Santa Casa da Misericórdia de Penamacor pede a colaboração de todos. E não se envergonha de pedir, porque pede para dar. Esta instituição recebe dos que dão, dos que têm boa vontade, para dar aos que precisam.

O Provedor,

(Valter Vitorino Lemos)

### **CORPOS GERENTES** (Eleitos em Assembleia Geral - 1990)

*Presidente da Assembleia Geral — Prof. António da Cruz*

#### **Mesa Administrativa**

<i>Provedor</i>	Prof. Valter Lemos
<i>Vice-Provedora</i>	Dr.ª Amélia
<i>Secretário</i>	Dr. Manuel Toscano
<i>Tesoureiro</i>	Manuel Campos
<i>Vogal</i>	Francisco Cruchinho
<i>Suplentes</i>	José Brito
	Manuel Grilo

#### **Conselho Fiscal**

<i>Presidente</i>	Dr. João Cunha
<i>Secretário</i>	Manuel Robalo
<i>Relator</i>	João Manuel Gonçalves
<i>Suplente</i>	Jaime Arrojado



## Convento de Santo António

O Convento de Santo António é, sem dúvida, a mais bela jóia do património artístico de Penamacor. O templo é todo ele imponência e uma autêntica maravilha de arte cristã. Tanto o altar como o tecto e o púlpito são de riquíssima e artística talha.